

VERSÕES DA SARANDI

RELAÇÕES ENTRE GOVERNO E OCUPAÇÃO

BERNARD JOSÉ PEREIRA ALVES

RESUMO *O artigo se propõe a destacar a importância da ocupação da Fazenda Sarandi, no Rio Grande do Sul, em janeiro de 1962, para o andamento dos projetos de colonização e reforma agrária desenvolvidos durante o governo de Leonel Brizola (1959-1963). Nesse sentido, a partir das versões de seis espectadores que estiveram envolvidos com o evento de formas distintas, busca-se evidenciar como a organização da ocupação utilizou uma série de elementos que foram indispensáveis para legitimar tanto a mobilização quanto a resposta positiva encaminhada pelo governo.*

PALAVRAS - CHAVE *Governo; legislação; ocupação; Sarandi.*

ABSTRACT *This article aims to detach the importance of Sarandi Farm occupation to the colonization and land reform projects developed during the Leonel Brizola government (1959-1963). This occupation occurred in January of 1962 in Rio Grande do Sul state. In this sense, from the versions of six spectators that were involved with this event in innumerable ways, the objective is to identify how the occupation organization utilized a series of elements that were indispensable to legitimate the mobilization as well as the positive response forwarded by the government.*

KEY WORDS *Government; legislation; land occupation; Sarandi.*

INTRODUÇÃO¹

A década de 1950 foi palco da emergência de uma diversidade de conflitos no campo brasileiro. Ocasionalmente por razões diversas, tinham em comum o fato de serem marcados pela resistência das populações rurais. O processo de expropriação da terra em que trabalhavam ou moravam fazia posseiros, arrendatários ou mesmo moradores dividirem uma experiência comum. Como resultado desse processo, o apelo dessas populações por uma política de reforma agrária foi especialmente reforçado a partir daquele momento (MEDEIROS, 1989).

¹ Este artigo é baseado em parte de minha dissertação de mestrado intitulada *A política agrária de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul: governo, legislação e mobilização*, defendida em 2010, no CDPA/UFRJ. Agradeço a leitura e as sugestões de Manuela Cordeiro para a elaboração do artigo.

A conformação dessa luta pelo direito ao acesso, ou mesmo pela manutenção da terra, atravessou todo o país. A região Nordeste foi palco de um dos movimentos que melhor representou a luta por reforma agrária entre as décadas de 1950 e 1960. As Ligas Camponesas nasceram no interior de Pernambuco, mas se estenderam por outros estados do Nordeste, chegando até mesmo à região Sudeste do país (BASTOS, 1984). Ainda que pese a diversidade de questões que afligiam as populações rurais, é possível localizar conflitos pela posse da terra em Goiás, no Rio de Janeiro, em São Paulo, no Paraná, no Rio Grande do Sul, entre outros.²

2 Para análises a respeito de conflitos agrários nos estados apontados acima, ver Cunha (2007), Grynspan (2009), Chaia (1997), Silva (2006) e Eckert (1984), respectivamente.

Nesse sentido, a proliferação dessas tensões repercutiu numa disputa pela representação daqueles que lutavam. Assim, as próprias Ligas Camponesas, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e os representantes da Igreja compuseram parte do quadro de forças em disputa pela representação desses grupos. Entretanto, merece destaque também que naquele momento se fizeram presentes iniciativas do poder público, tanto no âmbito estadual quanto federal, na direção da promoção de projetos de colonização e assentamento. Experiências nesse sentido ocorreram em estados como Pernambuco, com a criação da Companhia de Revenda e Colonização (CRC) em 1959. Quadro similar ocorreu em São Paulo, com o projeto de Revisão Agrária em 1960. Ademais, foi criado, em 1961, o Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (Igra) no Rio Grande do Sul. No que tange ao âmbito federal, é importante que se destaque a relevância que o tema da reforma agrária passa a receber especialmente a partir do governo de Jango, com a criação da Superintendência de Política Agrária (Supra) em 1962 e com os projetos levados ao Congresso por representantes governistas sobre a revisão dos dispositivos regulamentadores da política agrária nacional³ (CAMARGO, 1979).

3 Uma das principais dificuldades encontradas pelos estados e pela União para a realização de desapropriações para fins de promoção de projetos de reforma agrária era a necessidade de que a indenização pela área fosse paga em dinheiro, o que onerava os custos dos projetos. A alternativa buscada era o pagamento pelas desapropriações com Títulos da Dívida Agrária (TDA), a serem resgatados em momento futuro.

É nessa efervescente conjuntura que se coloca o evento tomado como fio condutor deste artigo. A ocupação da Fazenda Sarandi, no Rio Grande do Sul, em janeiro de 1962, foi a

mobilização possivelmente responsável por fornecer a energia inicial na política de reforma agrária que seria desenvolvida pelo governo Leonel Brizola no Rio Grande do Sul (1959-1963).

Dessa feita, o presente artigo se propõe a apresentar seis versões sobre essa primeira ocupação⁴ de terra com demanda por distribuição de sua área entre trabalhadores rurais, ocorrida no Rio Grande do Sul. Para além da organização e liderança do grupo responsável pela ação, busca-se destacar em que medida esta é percebida na ótica de diferentes espectadores. Apesar dos elementos distintivos, pretende-se evidenciar como a controversa ocupação cumpriu papel fundamental para que o então governador do estado não somente atendesse ao pedido do grupo de “sem-terras”,⁵ mas também passasse a implementar outros projetos de reforma agrária no restante do estado. Nesse sentido, este trabalho pretende explicitar, a partir das diferentes narrativas, como a atuação de sujeitos que *a priori* se encontravam fora do aparato institucional gaúcho também foram fundamentais para que o governo do estado pudesse legitimar suas iniciativas e promover programas de acesso à terra.

Investigar uma ocupação de terra que acabou tendo seu mérito reconhecido pelo governo do estado permitiria uma leitura particular caso fosse analisada unicamente a partir dos documentos oficiais. Entretanto, a opção por explorar diferentes narrativas de sujeitos que viveram aquele evento permite lançar luz sobre nuances pouco evidentes no registro oficial. Mais que um confronto para a busca daquilo que seria a versão mais próxima “da realidade dos fatos”, a conjugação das informações apresentadas pelos diferentes espectadores nos permite construir uma linha de possibilidades para o entendimento não somente do evento, mas também da forma pela qual os interlocutores constroem suas histórias. Analisar a riqueza dessas informações somente se justifica se não forem hierarquizadas as narrativas, usando-as como norteadoras do evento a ser recuperado. Desse modo, em que pese a complexidade de se tratar de memórias de

4 Assume-se aqui a ideia de ocupação como a reunião de sujeitos que entraram em uma propriedade reivindicando sua divisão entre agricultores sem-terra diante da inexistência de qualquer atividade produtiva na área. É necessário que se faça essa ressalva, pois adiante, quando as versões sobre a mobilização forem apresentadas, algumas divergências aparecem quanto à existência ou não da ocupação, restringindo o movimento a um acampamento na parte externa da propriedade. Entretanto, tendo em vista a pesquisa realizada, constata-se que há indicações bastante consistentes de que o acampamento foi promovido no interior da área demandada. Dessa forma, justifica-se o uso do termo “ocupação”.

5 Para fins deste artigo, utilizar-se-á a expressão “sem-terras” ou “sem-terra” entre aspas por se tratar de um termo reproduzido tanto pelos interlocutores quanto por parte dos documentos do governo do estado do Rio Grande do Sul do período.

fatos ocorridos há quase 50 anos, esse tipo de análise permite não somente a reconstituição da *figuração* (ELIAS, 2006, p. 25) que naquele momento se apresentava, mas também a identificação da posição na qual cada um desses sujeitos se encontrava.

A AÇÃO CONSAGRADA NA LEI

A fim de se revelarem os vínculos entre a ocupação da Sarandi em 1962 e os projetos de reforma agrária de Brizola, é importante voltar um pouco mais no tempo. Ainda no ano de 1960, o governo do estado apresentava a primeira indicação de que pretendia promover projetos de reestruturação fundiária ao criar a Comissão Estadual de Terras e Habitação (CETH). Apesar de dividir seu esforço em duas áreas bastante problemáticas – como o próprio nome da comissão enuncia –, foi sobre a direção de funcionários dessa comissão que se levou adiante um interessante mapeamento das propriedades do estado. Equipes foram enviadas por todo o Rio Grande do Sul, a fim de promover um levantamento de todas as propriedades que ultrapassassem mais de 2.500 hectares de terra. Esse trabalho, realizado durante o ano de 1960 e concluído no seguinte, resultou em um complexo “mapa do latifúndio” gaúcho. Segundo conta um dos responsáveis pelo levantamento, foi a partir daí que se iniciaram os trabalhos na direção de construir um aparato burocrático específico para a realização de projetos de colonização e reforma agrária no estado.

Durante o ano de 1961, a criação desse *aparato* prosseguiu com a fundação do GT-14 – um grupo de trabalho idealizado para elaborar os traços do que viria a ser o Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (Igra). Assim, caso se tome uma perspectiva linear, a ocupação da Sarandi no ano seguinte (1962) por si só poderia ser vista como um indicativo de que o governo estava disposto a agir em prol da reforma agrária. Com isso, grupos de “sem-terras” teriam se organizado para a ação coletiva diante do

reconhecimento de novas margens de possibilidades. Entretanto, o quadro encontrado é um tanto mais complexo e sugere envolver algo além da própria vontade do governo estadual e das iniciativas de agricultores “sem-terra”. Os elementos a serem destacados e que se tornam o *cimento político* (PALMEIRA, 1985) do processo são os dispositivos constitucionais estaduais nos quais se baseiam as diferentes autarquias do governo local para atribuir legalidade e legitimidade às suas iniciativas. Estes eram os artigos 173 e 174 da Constituição do estado do Rio Grande do Sul, que afirmavam:

Art. 173 – *O Estado prestará assistência aos trabalhadores urbanos e rurais, aos pequenos agricultores e às suas organizações legais, proporcionando-lhes, entre outros benefícios, meios de produção e de trabalho, crédito fácil, saúde e bem-estar.*

Art. 174 – *O direito à propriedade é inerente à natureza do homem, dependendo seus limites e seu uso da conveniência social.*

§ 1º – *O Estado combaterá a propriedade improdutiva por meio de tributação especial ou mediante desapropriação.*

§ 2º – *Atendendo aos interesses sociais, o Estado poderá, mediante desapropriação, prover a justa distribuição da propriedade de maneira que o maior número possível de famílias venha a ter sua parte em terras e meios de produção.*

§ 3º – *O Estado promoverá planos especiais de colonização, visando às finalidades do parágrafo anterior, sempre que a medida for pleiteada por um mínimo de cem agricultores sem terras, de determinada região.*

§ 4º – *O Estado facilitará a fixação do homem à terra, estabelecendo plano de colonização ou instalação de granjas cooperativas, com o aproveitamento de terras públicas ou, mediante desapropriação, de terras particulares, de preferência as socialmente não aproveitadas.*

§ 5º – *Poderá também o Estado organizar fazendas coletivas, orientadas ou administradas pelo poder público, destinadas a formação de elementos aptos às atividades agrícolas (Constituição do Rio Grande do Sul de 1947, grifo nosso).*

Não é intenção neste texto discutir as razões pelas quais os dispositivos constitucionais apresentados acima, criados em 1947, somente passaram a ser mobilizados pelo poder público estadual no início da década de 1960. Entretanto, as possibilidades colocadas pelos artigos 173 e 174 deixam em aberto a viabilidade da implementação de projetos de reordenamento fundiário, além de destacar a possibilidade da realização de desapropriações de terra. É importante destacar que os artigos são muito mais propositivos do que propriamente limitadores, a única exigência que estes impõem é a necessidade de que se reúnam “mais de cem agricultores sem terras”, para que o governo do estado tenha que promover projetos de colonização. Esses dois artigos, que por quase 15 anos permaneceram como letra morta no repertório de atuação do estado, a partir do início da década de 1960 fizeram parte da base legal que legitimou não somente a criação de um aparato burocrático por parte do governo, mas também permitiu que ações de reivindicação – conforme será apresentado adiante a partir do caso da Sarandi – fossem tomadas como mecanismos de demanda igualmente reconhecidos e legitimados pelo texto constitucional.

Nesse sentido, já estavam colocadas, a partir do ano de 1961, as condições para que os projetos de reforma agrária do governo do estado saíssem do papel. No entanto, somente a partir de 1962, com a ocupação da Sarandi, a engrenagem da reforma agrária passou a se mover no Rio Grande do Sul, desencadeando não somente novas ações do governo, mas um sem-número de novas mobilizações por todo o estado.

FAZENDA SARANDI: LEITURAS DISTINTAS DE UM FATO NOVO

A primeira e mais conhecida ocupação de terra realizada durante o governo de Brizola no Rio Grande do Sul ocorreu na Fazenda Sarandi (ECKERT, 1984; ROSA, 2010; ALVES, 2010). Esta era situada no município homônimo que dista aproximadamente

350 quilômetros da capital do estado, com área total de 24.304 hectares.⁶ A propriedade pertencia a um grupo de nacionalidade uruguaia, chamado Agropecuária Júlio de Maílhos, que, assim como vinha fazendo com a Fazenda Sarandi, comprava terras em diferentes países, esperando que estas valorizassem para revendê-las com lucro. Entretanto, enquanto esperava a valorização da terra, a área permanecia improdutiva.⁷

A ocupação dessa fazenda teria sido liderada por Jair de Moura Calixto, prefeito de Nonoai, cidade vizinha de Sarandi. No dia 11 de janeiro de 1962, Calixto teria liderado os “sem-terra” desde Nonoai até a uma das estradas que cortavam a fazenda. Esse local era chamado Capão da Cascavel; posteriormente, em função disso, o acampamento ficou conhecido como o Acampamento da Cascavel. Os acampados exigiam a desapropriação da Fazenda Sarandi e a distribuição da área para os “sem-terra”.

Vale relembrar que até o momento de criação do Igra, no penúltimo mês de 1961, nenhum movimento similar àquele que ocorreu na Fazenda Sarandi, em janeiro de 1962, havia sido noticiado. Coincidentemente, uma das ações que permitiu funcionar todo o aparato burocrático criado ao longo dos três primeiros anos de governo foi a demanda de um grupo de colonos “sem-terra” organizados, situação que se encaixava perfeitamente no texto constitucional do estado.

Dessa forma, no dia 13 de janeiro de 1962, somente dois dias depois do início do movimento reivindicatório, o governador Brizola assina a desapropriação da fazenda. A rapidez com que o governo atendeu a demanda dos interessados tende a sugerir que o aparato burocrático criado pelo governo se mostrava pronto a responder com eficiência à pressão por terras. Entretanto, outros fatos devem ser considerados sobre os eventos narrados acima. Já foi dito que Calixto era prefeito de Nonoai; outra informação relevante a ser considerada era o seu partido: o PTB, ou seja, o mesmo do governador em exercício. Além disso, outro elemento torna ainda mais complexa a versão de que a organização dos

6 Segundo informações encontradas no levantamento da Comissão Estadual de Terras e Habitação sobre a situação fundiária do estado, durante o ano de 1960.

7 Jornal *O Rio Grande*, de 23 a 30/8/1979.

“sem-terra” para acampar teria sido tomada exclusivamente por Calixto. Seu próprio sobrenome já anunciava que os laços não eram somente com o partido do governo, mas também com o próprio governador. O sobrenome “de Moura”, de Jair de Moura Calixto e de Leonel de Moura Brizola, não era coincidência, indicava a relação de parentesco dos dois. Calixto e Brizola eram primos ou, segundo dizem alguns dos entrevistados “primos-irmãos”. Ao considerar essa proximidade partidária e de parentesco entre dois dos principais responsáveis pelo desenrolar dos eventos em Sarandi, obrigatoriamente é preciso considerar uma possível articulação entre os interesses do governador e a organização da ocupação por parte de seu primo. Entretanto, a ideia de realizar a ocupação se mostra de forma bastante divergente entre os diferentes espectadores do evento, especialmente caso sejam consideradas as *posições* de onde cada um dos espectadores se envolveu naquele processo, isto é, como funcionários do governo ou integrantes do movimento de ocupação.

A LEITURA DOS “DE DENTRO”: OS FUNCIONÁRIOS DO GOVERNO

Entre aqueles espectadores que se localizavam no interior do aparato burocrático do estado do Rio Grande do Sul, destaca-se Paulo Schmidt. Ele chegou ao Igra em 1962, ocupando o cargo de coordenador-chefe do Grupo de Coordenação e Planejamento do instituto. Naquele momento, ele se encontrava em posição inferior somente a João Caruso – secretário de Agricultura e presidente do órgão. Schmidt esteve na linha de frente de todos os projetos de reforma agrária desenvolvidos pelo governo e, dessa forma, foi importante interlocutor do evento da Sarandi. Schmidt reafirma que a ocupação da fazenda havia sido realizada por Calixto, juntamente com lideranças locais que teriam se apoiado nele por sua proximidade com o governador. A ocupação se justificaria porque a região vinha sofrendo com a pressão por terras, ao mesmo tempo em que a área permanecia

sem produzir. Segundo ele, havia um contingente enorme de colonos “sem-terra” nas cidades próximas e o processo de êxodo rural vinha se intensificando em função das dificuldades encontradas no acesso à terra. Esse quadro que confronta o latifúndio improdutivo com a dificuldade de acesso à terra dos colonos teria sido determinante para que Calixto, o primo “meio malucão” de Brizola nas palavras de Schmidt, levasse à frente a ideia de ocupar a fazenda dos uruguaiois. Schmidt conta que o movimento tinha a intenção de pressionar o governo do estado para realizar a desapropriação da fazenda. Seria um “movimento de protesto”, que pretendia mostrar que “havia necessidade e que tinha gente disposta”. Entretanto, segundo as afirmações do diretor do Igra, os laços de Calixto com o governador do estado não eram fortes o bastante para significar qualquer relação entre os interesses do último com a ocupação. Schmidt afirma categoricamente que Brizola não tinha ideia das intenções de seu primo. Mesmo assim, ele destaca que, depois de iniciada a ocupação, Brizola passou a garantir apoio total a ela. Isso se deu por meio do envio de víveres para a manutenção dos acampados e, especialmente, pelo envio de policiais da Brigada Militar,⁸ para garantir a segurança dos “sem-terra”.

Romeu Barleze, outro espectador “de dentro”, assume posição um pouco diferente de Schmidt sobre o conhecimento do governador a respeito da ocupação da Sarandi. Barleze era suplente, pelo PTB, na Câmara dos Deputados do Rio Grande do Sul, durante o período em que Brizola esteve à frente do estado. Dessa forma, em alguns momentos ele era convocado a assumir a vaga na Câmara, quando algum outro deputado se ausentava ou passava a ocupar algum cargo no governo. Nesse ínterim, Barleze foi convidado para ocupar o cargo de chefe do setor de promoção social e organização rural do Igra. Assim, ocupava papel relevante na relação com os demandantes das desapropriações. Seu cargo era de tamanha importância no Igra que ele foi responsável por receber a Fazenda Sarandi em nome do estado do Rio Grande do Sul,⁹ após a desapropriação.

8 A Brigada Militar equivale à Polícia Militar na região Sudeste do país.

9 Segundo contou em entrevista, depois de decretada a desapropriação de determinada propriedade e da emissão do parecer favorável do Judiciário sobre a questão, o governo do estado deveria indicar uma pessoa para receber a área em nome dele. Segundo Barleze, no caso da Sarandi, ele foi a pessoa designada.

10 A preocupação em afastar impressões de um movimento de ideologia comunista não foi claramente definida pelos entrevistados. Apesar disso, caso seja considerado o contexto, é importante lembrar que o Partido Comunista havia sido colocado na ilegalidade em 1947, sob a alegação de não corroborar com o regime democrático. Ademais, o PCB havia sido responsável pela criação de Ligas de Camponeses em várias partes do país, desde a década de 1940, fomentando a luta por reforma agrária, entre outras. Nesse sentido, somando-se ainda ao contexto de Guerra Fria, não é difícil supor que o movimento da Sarandi, com fortes evidências de apoio do governo estadual, tivesse intenção de reforçar o afastamento de marcas comunistas.

Dentre as informações fornecidas por Barleze sobre a Sarandi, a primeira que merece destaque é a afirmação de que não houve “ocupação”, ele diz que na Sarandi o que ocorreu foi um “acampamento”. Reforça sua sentença ao afirmar que nenhuma cerca havia sido derrubada e que, diante disso, o evento não se configurava como uma ocupação. A preocupação em reafirmar o caráter legalista do movimento, uma vez que não teria invadido a propriedade de outrem, se coaduna com a definição de “movimento de protesto” destacada por Schmidt. A ideia que passam é que a ocupação foi marcada por uma série de elementos que evitasse desconsiderá-la ilegítima. Assim como Barleze, Schmidt também destacou que uma das primeiras coisas que foram feitas na Sarandi foi o erguimento de uma cruz de madeira e a realização de uma missa. Segundo ele, significaria que aqueles que lá estavam não eram comunistas.¹⁰ Ainda nessa direção, poucos dias depois do início do acampamento, quando Brizola visitou os acampados, ele foi recebido em meio a faixas que diziam: “Apelamos ao governador, queremos terras e pão” e “Queremos terras”. Todos esses elementos mobilizados pelos acampados eram carregados de sentidos que se relacionavam tanto às disposições jurídicas encontradas na Constituição do estado, quanto às questões morais constantemente colocadas em jogo naquele momento histórico particular, como a ameaça de serem considerados comunistas e subversivos.

Sigaud (2000), a partir de seu investimento de pesquisa na Zona da Mata de Pernambuco, desenvolveu o que chamou de *forma acampamento*, para enumerar um variado número de signos, que, com o passar do tempo, se consolidaram em um modelo específico para que se realizasse a demanda por reforma agrária no Brasil. O uso de barracas de lona, o hasteamento de uma bandeira e uma linguagem própria ao mundo dos acampamentos se tornaram formas características de realizar essas mobilizações. O momento da ocupação da Sarandi é anterior aos movimentos nos quais se baseia Sigaud e, possivelmente por conta disso, a

necessidade de mobilização de recursos para o reconhecimento da ocupação da fazenda como legítima talvez tenha sido ainda maior. Possivelmente, eventos como a Sarandi estão relacionados à gênese da *forma acampamento*, que fora descrito pela autora a partir do mundo dos engenhos. Vale lembrar que a ocupação da Sarandi, ou simplesmente o acampamento, conforme defende Barleze, era um episódio inaugural, e todas aquelas pessoas que contassem ou não com o apoio do governo estavam envolvidas em algo que ainda não fazia parte de uma *forma* possível de se reivindicar terras até então.

Conforme pode ser verificado, o processo que culminou com a desapropriação da Fazenda Sarandi se aproxima ao que Tarrow (2009) entende por *oportunidade política*, na medida em que o autor define essa condição como o momento no qual os sujeitos se sentem encorajados a participar das ações, levados ao exercício coletivo diante de um reordenamento de sua margem de possibilidades. Entretanto, ao contrário de algumas premissas do autor que relaciona a ideia de “oportunidade” com um momento de fragilidade do estado, o movimento que emergiu para reivindicação da desapropriação da Fazenda Sarandi contou com forte respaldo do próprio governo estadual, além da mobilização de moradores da região. Esse apoio do governo foi importante por criar condições favoráveis à demanda por acesso à terra, garantindo segurança, alimentação e respondendo prontamente por meio do decreto de desapropriação. Nesse sentido, o que marcou aquela “oportunidade” não parece ter sido uma fragilidade do estado, mas uma diferente manipulação do uso de sua força.

Ainda nessa direção, Tilly (1995) desenvolve a noção de *repertório de ação coletiva*, para descrever o aprendizado que se consolida através dos confrontos vividos pelo movimento, sendo este moldado pela rotina do embate. O autor destaca que os repertórios não advêm da propaganda política ou da filosofia abstrata, mas emergem como produtos culturais, formas de agir

coletivamente sintomáticas de um momento histórico. Desse modo, as ocupações que se iniciam a partir da Sarandi parecem ser indicativas do processo de consolidação de um “repertório”, ou seja, a forma de mobilização e de tornar pública a demanda por terras passou a ser reproduzida em outros locais, como pôde ser visto através do tempo.¹¹

Voltando às informações trazidas por Barleze, no que diz respeito ao conhecimento do governador sobre a ideia de Calixto de ocupar a fazenda, há uma divergência parcial em relação à opinião de Schmidt. Ao ser questionado se o governador sabia da ocupação, de forma pouco convencida ele afirma que sim, principalmente porque, segundo ele, já era sabido dentro do governo que um acampamento naqueles moldes realizados em Sarandi, sem avanço sobre a cerca e que mobilizasse muitas pessoas, não seria malvisto dentro do governo. Assim, ainda que as narrativas de Schmidt e Barleze se assemelhem na direção de que a ocupação da fazenda atendeu a um movimento de protesto diante da escassez de terras na região, o fato de ambos terem feito parte do aparato institucional do estado não foi suficiente para produzir uma leitura uníssona do evento. Isto é, mesmo que situados de um mesmo lado (o do governo), pode-se localizar distinções que se colocam de forma ainda mais evidentes quando são apresentadas também as memórias daqueles que não estavam ligados aos espaços do governo.

ALEITURADOS “DEFORA”: INSERÇÕES E IMPLICAÇÕES DIVERSAS

Outro personagem que acompanhou a ocupação da Fazenda Sarandi foi João Manuel Ribeiro. Na época ele era secretário da Prefeitura de Sarandi, que tinha como prefeito Ivo Sprandel. João Manuel presenciou toda a movimentação que a ocupação promoveu na pequena cidade, além disso, vivenciou parte do cotidiano do acampamento ao se envolver como representante da Prefeitura em pequenos problemas que lá ocorreram. Ele se recorda de um evento sobre a retirada de madeira dos arredores

¹¹ Outras ocupações ocorrem no estado do Rio Grande do Sul, até o golpe militar de 1964, passando por um período de latência até seu ressurgimento no final da década de 1970, quando recomeçam as ocupações na mesma região onde seu ciclo havia se iniciado na década de 1960. Ver mais em Rosa (2010).

do acampamento. Segundo ele, havia um acordo que somente fosse retirada madeira para a manutenção do grupo acampado. No entanto, ocorreram denúncias de que alguns acampados estavam vendendo parte desse recurso. Dessa forma, João Manuel teve de interceder junto aos representantes do Igra, para que a atividade cessasse.

João Manuel também reafirma o papel primordial de Calixto diante da ocupação; entretanto, ao ser perguntado se as pessoas haviam entrado na propriedade, ele garante que o acampamento havia sido realizado dentro da Fazenda Sarandi. Essa informação pode ser interpretada de três formas, a primeira delas obriga a uma definição do que seria “dentro” e “fora” da propriedade. É preciso considerar que a Fazenda Sarandi englobava uma área bastante extensa e naturalmente era cortada por várias pequenas estradas. Dessa forma, “entrar” na propriedade, para João Manuel, pode significar simplesmente que o acampamento foi feito em uma das estradas que a cortava. Por outro lado, quando João esteve no acampamento como representante da Prefeitura em um caso de litígio sobre a retirada de madeira, segundo ele lembra, teve de procurar um responsável do Igra, para que o ajudasse a resolver a questão. Isso é importante porque significa que, para aquele momento específico, o governo do estado já deveria ter desapropriado a fazenda e mantinha equipes do Igra auxiliando os acampados no local. Assim, pode-se inferir que a preocupação com a entrada na propriedade já não fosse tão importante. Por último, pode-se ainda considerar que as afirmações de Schmidt e Barleze não sejam muito precisas. Vale lembrar que ambos ocupavam cargos dentro de um governo que já vinha apresentando uma clara disposição para realizar projetos de reforma agrária e a afirmação de que os “sem-terra” teriam invadido a propriedade dos “castelhanos”, como diz João Manuel, seria uma contradição ao discurso de legalidade posto em prática naquele momento.¹²

Ademais, sobre o envolvimento de Brizola com a ocupação da Sarandi, João Manuel revela não ter muita certeza sobre o grau

12 Não é objetivo deste artigo explorar com detalhes a preocupação que se evidencia nas ações do governo de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul, com a manutenção daquilo que se definiu como “legalidade”. O cumprimento das leis e normas jurídicas daquele momento sugerem ir além dos rótulos que tomaram suas ações, especialmente a partir de seu engajamento na Campanha pela Legalidade, quando da renúncia de Jânio Quadros em 1961. Nesse sentido, a preocupação com o cumprimento das leis ganha tom bastante forte quando são analisadas também outras iniciativas de seu governo. Ver mais em Alves (2010).

de conhecimento do governador a respeito do evento; entretanto, baseado na relação dos “primos-irmãos”, como repetiu por mais de uma vez na entrevista, reafirma, mesmo que com alguma desconfiança, que os laços familiares foram importantes na ocupação da fazenda. As controvérsias em torno da ocupação/do acampamento da Sarandi são muitas, mas o que chama atenção nesse evento é que a posição que as pessoas ocupavam naquele momento conformam impressões bastante distintas de como ele foi organizado e sobre o papel das lideranças naquele movimento.

Carlos Araújo se envolveu no evento em Sarandi de forma distinta de todos os outros espectadores apontados acima. Seu engajamento na militância estudantil o fez não somente espectador, mas participante do processo de mobilização e realização do acampamento. Ele nasceu no município de São Francisco de Paula, no interior do Rio Grande do Sul, em 1938. Mais tarde seguiu para Porto Alegre, para prosseguir seus estudos. Nessa época começa a se envolver na política estudantil, filiando-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), e, por divergências internas neste, deixou a legenda e passou a integrar o Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Com outros militantes criou o Centro de Estudos e Debates Castro Alves, que seria, *a priori*, um grupo de discussão de obras literárias, mas na realidade era uma alternativa encontrada por eles para fomentar a organização de cooperativas de trabalhadores em pequenas vilas na capital. Eles compravam gêneros alimentícios a preços baixos e repassavam praticamente a preço de custo para os moradores; além disso, realizavam atividades como levar estudantes de medicina para o atendimento gratuito de pessoas carentes. Nesse processo, verificaram que muitos desses moradores das vilas vinham do campo e, dessa forma, resolveram partir para o interior, para fomentar a organização de cooperativas. Diante dessa nova empreitada, foram buscar ajuda com Brizola, na época recém-eleito governador, que tinha forte identificação com a militância estudantil. Brizola os teria auxiliado com o espaço físico para a organização da nova sede

do grupo e com o apoio para o transporte dos militantes. Foi em uma dessas idas pelo interior que o grupo encontrou um médico que os havia ajudado em umas das atividades na capital, mas que no momento já estava trabalhando no município de Ronda Alta. Por meio dele souberam que havia um prefeito que estava organizando um movimento camponês na cidade. É nesse ponto que a história de Carlos Araújo se cruza com a Fazenda Sarandi, uma vez que o organizador do dito movimento era o prefeito Jair Calixto.

Araújo e os demais componentes do Grupo Castro Alves foram oferecer ajuda ao prefeito, que teria aceitado, mesmo tendo ficado um pouco reticente pelo fato de serem comunistas; entretanto, Calixto teria dito que precisava de ajuda para organizar o povo. Para Araújo, a ideia de ocupar a fazenda teria vindo exclusivamente de Calixto, que teria pensado em todo o processo sozinho. O conhecimento de Brizola sobre a ocupação ou mesmo seu incentivo não são considerados por Araújo. Segundo ele, Calixto acreditava que Brizola não o apoiaria em sua empreitada, porque aquilo poderia provocar uma reação do Exército, que tinha grandes contingentes em Passo Fundo, cidade próxima da região.

A mobilização das pessoas teria sido feita de casa em casa, no município de Nonoai, isto é, não foram realizadas reuniões. Araújo afirma que Calixto falava sobre os riscos da existência de espões, tanto do Exército quanto de Brizola, interessados em saber onde seria o acampamento. Até mesmo por isso, ninguém teria ficado sabendo do local até o momento em que este aconteceu. As pessoas eram convidadas para ocupar terra, mas sem saber nem mesmo onde.

Por fim, Araújo chega a afirmar que a mobilização para a ocupação da Sarandi chegou a agrupar mais de 5 mil famílias; entretanto, ainda antes de saírem em direção à fazenda, Calixto teria falado a todos sobre os riscos que deveriam saber que estavam correndo, caso houvesse uma reação do Exército. Diante disso, 2 mil famílias teriam desistido. Aquelas que

permaneceram, seguiram, sob a liderança de Calixto, até o Capão da Cascavel, onde acamparam. O número de famílias envolvidas torna-se importante nesse momento, porque, segundo Carlos Araújo, eles teriam entrado nos limites da fazenda e a razão para tanto era de natureza prática, uma vez que não havia espaço suficiente na beira da estrada para que todas as famílias se abrigassem. Calixto teria, inclusive, ordenado a abertura de uma espécie de estrada dentro da propriedade, de pouco mais de 1 metro de largura, para que as famílias pudessem construir suas barracas. Além de todas essas informações, outro elemento importante trazido por Araújo é o interesse prévio de Calixto em mobilizar os “sem-terra”. Isto é, ao ter vivenciado os eventos ao lado daquele que foi o líder da ocupação, pode-se resgatar da narrativa de Araújo a forma pela qual Calixto apresentava a quem o seguia não somente sua insegurança sobre a reação do Exército, mas também a desconfiança com as próprias medidas a serem tomadas pelo primo governador.

Outro personagem que acompanhou de perto a empreitada que culminou na ocupação da Sarandi foi Cleto dos Santos. Sua história se assemelha em grande medida a de Carlos Araújo, que, assim como ele, fez parte do PCB quando eram estudantes secundaristas em Porto Alegre. Cleto nasceu em Nonoai e, assim como Araújo, foi para a capital do estado para continuar os estudos, e permaneceu no PCB quando o colega se filiou ao PCdoB. Depois de concluir os estudos, diante da dificuldade para conseguir emprego na capital, Cleto voltou para Nonoai, onde seu pai tinha uma pequena propriedade. Pouco depois, Cleto consegue a concessão da rodoviária da cidade e passa a administrá-la. Em 1959, chega a disputar a candidatura para prefeito da cidade, mas é derrotado justamente por Calixto. Entretanto, mesmo antes disso, Cleto já o havia conhecido. Enquanto ainda estava estudando em Porto Alegre, ele foi assistir a uma palestra para os alunos de direito da PUC (Pontifícia Universidade Católica) sobre reforma agrária e um

dos entrevistados era Jair Calixto, que, ao ser perguntado sobre como deveria ser feita a reforma agrária, teria respondido: “A gente reúne o povo, vai entrando, vai cortando os arames, vai balizando. E vai botando: aqui é você. Aqui é você. Essa é a legítima reforma agrária! De outra forma, reforma agrária não sai. Se não invadir, não entrar e não distribuir na hora, não sai reforma agrária!”.

Cleto garante que naquele momento achou que o homem falava absurdos, mas reconhece que tempos depois ele teria agido exatamente como defendera na palestra da PUC. Esse fato é importante para que se possa considerar que Calixto, mesmo que tivesse sido apoiado ou mesmo orientado por Brizola, não era desprovido de interesse pelo tema. Cleto não menciona a data dessa palestra, mas, caso seja considerado que ele volta a Nonoai em tempo de disputar as eleições com o mesmo Calixto em 1959, pode-se inferir que o evento na PUC ocorreu antes disso. Isto é, antes mesmo de Brizola tornar-se governador do estado do Rio Grande do Sul. O fato denota que independentemente do interesse do governo do estado, as pessoas daquela localidade já tinham opiniões e posições consolidadas sobre as necessidades e formas de agir diante do problema do acesso à terra na região.

Sobre a ocupação da Sarandi, Cleto afirma que foi convidado por Calixto a se juntar ao movimento poucos dias antes; o prefeito teria comentado sobre a organização de um movimento para distribuir terras, mas na verdade estava organizando as pessoas para “invadir” uma terra. Essa informação difere daquelas trazidas pelos demais personagens apresentados, uma vez que nenhum deles deu destaque a alguma postura de Calixto sobre essa distinção. Conforme já foi dito, o evento da Sarandi era marcado por ser um evento inaugural. Um movimento para “invadir” uma terra, conforme Calixto teria dito a Cleto, possivelmente não teria agregado em torno dessa ideia o mesmo contingente de interessados que um movimento que se dizia pretender “distribuir” terras. Essa alternativa adotada por Calixto mobilizou pessoas que talvez tenham desistido da ideia

quando souberam estar prestes a “invadir” uma propriedade, formando o grupo de 2 mil desistentes que Araújo destacou anteriormente. Outra informação pertinente apresentada por Cleto é que, dessa vez corroborando com informações anteriores, Calixto se recusava a dizer onde seria a “invasão”, tanto que Cleto pensava que ela seria na própria cidade de Nonoai.

Diferentemente de Araújo, Cleto não crê em uma total independência de Calixto em relação a Brizola. Para Cleto, o primeiro teria conversado com o governador anteriormente e contava com seu apoio. A principal razão para essa posição de Cleto se coaduna com parte da informação trazida por Schmidt: o envio da Brigada Militar. Cleto destaca que, no dia seguinte à criação do acampamento do Capão da Cascavel, a Brigada já estava acampada perto do local, para garantir a proteção dos acampados.

O último personagem a apresentar sua versão difere de todos os anteriores, tanto por sua origem, quanto pelo papel que desempenhou na ocupação. Francisco dos Santos não foi funcionário do governo, como Paulo Schmidt ou Romeu Barleze, não se envolveu no movimento para apoiar a organização dos agricultores, como Carlos Araújo, não era funcionário de nenhuma prefeitura da região, como João Manuel, nem mesmo foi convidado para se integrar ao grupo por Calixto, como ocorreu com Cleto. Seu Francisco, ou Chiquinho das Éguas, conforme era conhecido na época, é um dos assentados da área que participou não só da mobilização, mas também foi homem de confiança de Calixto no processo. Seu Francisco é, de longe, o mais idoso de todos os entrevistados apresentados – com mais de 94 anos –; no entanto, também é aquele que guarda de forma mais viva aqueles acontecimentos, talvez porque para ele, mais do que uma organização ou movimento, aquele evento se configurou na oportunidade de ter terra, concretizada mais de um ano depois, em maio de 1964.

Para seu Francisco, tudo começa no dia 9 de janeiro de 1962, quando, segundo ele, Brizola manda um avião buscar Calixto

em Nonoai. Nesse ínterim, enquanto o prefeito embarca para falar com o governador, um funcionário da Prefeitura vai até a casa de seu Francisco para lhe dizer que fosse, ao final da tarde, à Prefeitura, para encontrar Calixto. Quando o último voltou, contou que Brizola queria alguém para organizar o movimento. Segundo seu Francisco, o governador teria dito para Calixto: “Eu mandei te chamar porque o Ivo tá aqui, olha, mas não quis assumir. Então você pega um homem bom, que conheça a região para escolher o local”. Ivo, mencionado na fala de Brizola, seria Ivo Sprandel, prefeito de Sarandi, que, segundo sugere a informação, teria se recusado a tomar a frente da ocupação. Essa informação torna-se mais importante se relacionada à outra fornecida por Cleto. Segundo este último, quando recebeu o convite de Calixto para fazer parte do grupo que realizaria a ocupação, o prefeito de Nonoai teria lhe dito que Albano Jacobsen, uma liderança de Ronda Alta, também já estaria preparado para apoiar a iniciativa. Assim, ao cruzar essas informações, é possível inferir que representantes de pelo menos três cidades que circundavam a propriedade sabiam da iniciativa e, a princípio, estiveram ligados a sua organização. A informação ganha ainda mais importância porque, segundo conta Barleze, Jacobsen foi o homem escolhido pelo Igra para ser responsável pelo acampamento após a desapropriação da fazenda. Isto é, as ações do governo posteriores à ocupação parecem ter mobilizado as mesmas pessoas que participaram de todo o processo de organização do evento, reforçando a ideia de laços próximos entre o governo e os líderes da iniciativa, que, por sua vez, faziam parte do cenário político local.

Voltando à narrativa de seu Francisco, teria sido a recusa de Ivo Sprandel que colocou Calixto à frente do movimento e, a partir daí, a história do primeiro passa a ser importante para compreender a ocupação da Sarandi. De acordo com seu Francisco, Brizola, ao perguntar a Calixto se conhecia alguém para escolher o lugar do acampamento, teria ouvido de seu primo: “Eu só conheço um homem para isso, ‘analfabeto de leitura’, mas

tem uma prática e uma memória que talvez ganhe de mim que sou prefeito e de você que é governador”. E, diante da pergunta de Brizola se realmente o tal homem era de confiança, Calixto teria rebatido: “Se você não tem confiança, nem vou assumir nada; se você mandou me buscar, é porque tinha confiança em mim. Tenha confiança, eu conheço ele!”. Esse homem de confiança de Calixto era seu Francisco, que, apesar de “analfabeto de leitura”, como dizia o prefeito, conhecia toda a região da Fazenda Sarandi por razão de sua atividade de tropeiro. Seu apelido, Chico das Êguas, vinha da época em que viajava por todo o estado comprando e vendendo mulas. Ele conta que em uma dessas viagens descobriu, em meio ao Capão da Cascavel, uma fonte de água potável que ninguém mais conhecia. A existência daquela fonte que fez com que o primeiro acampamento exigindo a distribuição de terra para colonos “sem-terra” no Rio Grande do Sul fosse realizado no local, em parte da Fazenda Sarandi, em 11 de janeiro de 1962.

Brizola teria “mandado Calixto arrumar” 450 famílias para a ocupação, mas, segundo conta seu Francisco, no dia 10 de janeiro já haviam sido mobilizadas 750, o que era importante porque Brizola teria dito que “tinha que provar que tinha muita gente no estado sem terra”. Quando as famílias partiram em direção à fazenda, elas perguntavam a Calixto sobre o lugar onde seria realizado o acampamento e ele respondia: “Eu não posso dizer nada, eu sou prefeito lá em Nonoai, aqui (Sarandi) eu não sou nada, nem eu sei de nada, quem sabe das coisas aqui é esse homem [referindo-se a seu Francisco]”. Segundo seu Francisco, pouco mais de uma hora depois de iniciadas as inquietações sobre o local do acampamento, eles chegaram ao Capão e encontraram a água necessária para manter os acampados.

Um dos momentos descritos com mais emoção por seu Francisco é a visita de Brizola ao acampamento no dia 18 de janeiro. Segundo ele, esta já havia sido combinada com Calixto em sua viagem do dia 9, ainda antes do início do acampamento.

A chegada do governador ao local é descrita por ele com uma riqueza de detalhes que desafiam a memória do homem de 94 anos. Ele teria sido apresentado ao governador por Calixto, que completou: “Aí Brizola, o que eu te disse lá” – apontando seu Francisco como ponteiro da ocupação. Assim, o governador bateu com a mão esquerda em seu ombro e disse: “É Calixto, é custoso encontrar um ‘caboclinho miúdo’ como esse aqui de fibra. É amigo! Pode contar! Eu sou um amigo seu de confiança. Agora eu acreditei!”.

Não é o intuito principal deste trabalho deter-se a uma descrição densa da mobilização e, por consequência, da ocupação da Fazenda Sarandi;¹³ a intenção aqui é evidenciar a correlação desta com as ações que vinham sendo tomadas pelo governo. Como pôde ser observado diante das várias versões apresentadas para o evento, a maioria delas aponta para uma relação estreita da ocupação não somente com o governo, mas com o próprio governador Leonel Brizola.

Realizado o acampamento em 11 de janeiro de 1962, dois dias depois, o governador do estado decreta a desapropriação da Fazenda Sarandi.¹⁴ O que se destaca no decreto é a longa justificativa apresentada para sua realização. Além disso, uma das partes do documento destaca o movimento de agricultores “sem-terra”:

Considerando a exposição feita pelo Exmo. Senhor Secretário de Agricultura com referência às reivindicações formuladas por mais de mil famílias de agricultores sem terras dos municípios de Nonoai, Sarandi e outras regiões que apelam ao Governo do Estado para que se lhes possibilite a fixação ao solo, propiciando oportunidade para o trabalho agrícola;

Considerando que esta aspiração gerou movimento local de alta repercussão pelos característicos de fato novo que aconselha o Poder Público a reconhecer a gravidade da questão social em nosso meio e a diligenciar imediata solução dentro das possibilidades da atual ordem jurídica;

13 Um trabalho mais completo sobre o processo de mobilização e organização que aconteceu na Fazenda Sarandi foi realizado por Lygia Sigaud, Marcelo Hernandez e Marcelo Rosa, intitulado *Ocupações e acampamentos: sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil* (2010). No trabalho, são exploradas as primeiras experiências de realização de acampamentos para reivindicar a desapropriação de terras no Rio de Janeiro, em Pernambuco e no Rio Grande do Sul. No que diz respeito ao último, além de refinada análise sobre as ocupações da década de 1960, são trabalhadas questões referentes aos eventos ocorridos também na década de 1970.

14 Por meio do decreto n. 13.034.

Considerando que a Constituição do Rio Grande do Sul, obediente aos princípios inscritos na Carta Federal, impõe aos Poderes Estaduais o dever de promover a justa distribuição da propriedade, segundo o interesse social e de modo que o maior número possível de famílias participe do uso da terra e conte com meios de produção; [...]

Considerando, assim, que o movimento dos agricultores sem terra, que motiva o presente decreto, tem caráter pacífico como evidenciam as mensagens trazidas ao Governo e, conseqüentemente, não só representa verdadeira aspiração de justo sentido humano dentro da sociedade cristã, como encontra perfeita correspondência nos princípios e mandamentos constitucionais que devem ser urgentemente cumpridos em sua plenitude;

Considerando que as peculiaridades da região de onde se origina o presente apelo, pelas necessidades locais de aumento de produção, aproveitando do braço agrícola e fixação do homem à terra aconselham o Poder Público a promover logo um plano especial de colonização, adequado ao seu desenvolvimento econômico (Decreto de desapropriação da Fazenda Sarandi, grifo nosso).

A passagem acima é importante porque reafirma no texto do documento determinadas preocupações que puderam ser encontradas nas diferentes versões sobre a ocupação da Sarandi vistas anteriormente. A primeira parte da justificativa da desapropriação se apresenta por razão do número de demandantes, que no decreto abrange mais de mil famílias. Vale lembrar que, segundo seu Francisco, Brizola teria pedido a Calixto que conseguisse 450 famílias e eles teriam conseguido juntar 750 antes da ocupação. Caso seja considerado que, depois de realizado o acampamento, outras famílias passaram a chegar ao Capão da Cascavel, também na expectativa de conseguir terra, o número de mil famílias torna-se bastante razoável. Além disso, vale recordar que a Constituição do estado, de 1947, afirmava que, quando um grupo de mais de cem agricultores organizados

demandassem por terra, o governo do estado deveria responder prontamente, ou seja, o acampamento do Capão da Cascavel ilustrava perfeitamente aquilo que expressava o dispositivo constitucional. Dessa feita, estava colocada uma perfeita oportunidade para que o artigo 174 da Constituição estadual fosse empregado para a realização de programas de reforma agrária.

Além disso, outro elemento é utilizado na justificativa da desapropriação – o caráter pacífico do movimento, que “representa verdadeira aspiração de justo sentido humano dentro da sociedade cristã”. Vale recordar que Schmidt afirmou em sua entrevista que uma das primeiras iniciativas depois de estabelecido o acampamento na Sarandi foi a realização de uma missa diante de uma cruz de madeira montada pelos próprios “sem-terra”, fato reafirmado também por outros entrevistados. Dessa maneira, da mesma forma que as lideranças do acampamento da Sarandi atuavam em várias frentes para ter sua iniciativa caracterizada como legítima, o governo, ao promover a desapropriação, também teve que mobilizar um sem-número de argumentos, para que pudesse ter sua ação de reconhecimento da demanda de colonos “sem-terra” vista com igual legitimidade.

Diante de todas as informações apresentadas até aqui, pode-se verificar que a ocupação da Sarandi se configurou como um marco dentro da política agrária do governo de Brizola, no Rio Grande do Sul. Esta representou não só a inauguração de uma nova forma de se reivindicar terra, mas também, ao que indicam as informações aqui trazidas, a concretização de uma possibilidade real para que o governo do estado passasse a implementar seus projetos de reforma agrária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que tange ao contexto nacional, o Rio Grande do Sul não era o único estado a se envolver direta ou indiretamente em conflitos fundiários, como foi apontado brevemente no início

do texto. Antes dele, Cid Sampaio havia se comprometido a apoiar as demandas das Ligas Camponesas quando ainda estava em campanha pelo governo de Pernambuco (BASTOS, 1984). Ainda nessa direção, Carvalho Pinto, à frente do governo de São Paulo, conseguiu a aprovação da Lei de Revisão Agrária no final de 1960 (TOLENTINO, 1990). Mesmo assim, não se encontram nesses outros contextos um aparato institucional tão favorável quanto aquele que Brizola desfrutava por meio dos artigos 173 e 174 da Constituição estadual do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, verifica-se o interesse de governos estaduais, além do próprio governo federal, de promover mudanças na estrutura agrária do país. É importante que se pese que “mudanças” não significam necessariamente melhor distribuição das terras, qualquer análise nesse sentido deve ser realizada caso a caso. Embora seja fundamental reconhecer que o período foi marcado por iniciativas tomadas pelo estado, não implica excluir o peso das demandas de movimentos sociais para a promoção dessas medidas.

Por outro lado, para que se considere o que distingue as experiências elaboradas nos diferentes estados da Federação, é fundamental que se avalie a conjuntura política que determinava os marcos legais daquele período. A Constituição Federal de 1946 foi caracterizada pela recuperação da autonomia estadual diante da regulamentação fundiária, após o final da experiência centralizadora que marcara o Estado Novo (1937-1945). Esse contexto define o nascimento do aparato legal gaúcho em 1947, com a elaboração de sua Constituição estadual. Dessa forma, as possibilidades em curso para cada unidade federativa na década de 1960 estavam limitadas às medidas contempladas pelos textos constitucionais elaborados em 1947. Pautados por essa diversidade nas décadas seguintes, os estados ainda desfrutavam de autonomia sobre as questões fundiárias até 1964, elemento que não deve ser desconsiderado na análise de suas ações diante de tensões que emergiam do campo.

Nesse sentido, as informações apresentadas neste artigo dão conta de um processo tenso que caracterizou os bastidores de uma ocupação no Sul do país, no início da década de 1960. Porém este artigo pretende dar destaque a duas dimensões do processo: a legal e a da ação coletiva. A primeira delas é marcada pela mobilização de um aparato constitucional que legitima ações de governo e movimento. A segunda possibilita reconhecer com vivas cores todos os cuidados colocados em jogo na organização da ação coletiva que ainda não desfrutava do devido reconhecimento. Isto é, a partir do caso explicitado aqui, pode-se levantar questões tanto sobre a forma de construção da política pública de reforma agrária do período, quanto sobre a forma pela qual a ação das pessoas envolvidas com a causa conformou a condição de sua realização.

Como já foi dito anteriormente, o evento é narrado de maneira bastante divergente caso sejam tomados, por exemplo, as versões de Paulo Schmidt e seu Francisco. Esse quadro dificulta afirmações categóricas, mas, diante de todas as informações apresentadas ao longo do texto, é possível recolher indicações muito fortes para reconhecer, no mínimo, a interdependência entre governo e movimento de ocupação. Dessa maneira, ao percorrer as diferentes narrativas sobre a ocupação da Fazenda Sarandi e caso esta seja tomada como modelo das mobilizações por terra e reforma agrária durante o governo de Leonel Brizola, pode-se inferir que, mais do que apoio, o governo do estado teria sido responsável, por meio da participação direta do próprio governador, pela organização dos eventos que se desenrolavam nas desapropriações e na criação de projetos de reforma agrária. Entretanto, é fundamental que se tenha claro que a Sarandi foi somente uma (e a primeira) das diversas mobilizações por reforma agrária que passaram a ocorrer no estado. Se a vinculação com o governo parece bastante evidente nesse caso, eventos seguintes (que, por limitações de edição, não puderam ser contemplados neste artigo) apresentaram características

bastante similares e respostas igualmente positivas por parte do governo do Rio Grande do Sul. Entretanto, a estreita relação entre mobilização e governo não pôde ser verificada com a mesma clareza. Portanto, a partir do acampamento da Fazenda Sarandi, foi permitido constatar que foi necessária a ação do próprio governo às margens daquilo que formalmente se convencionava como seu papel (ao estimular a ação coletiva), para que se criasse um *fato novo* (SIGAUD, 2000). Isto é, ao proceder daquela forma, incentivando a ocupação e reconhecendo a legitimidade dela, o governo estadual atribuiu uma dimensão pública de reconhecimento às iniciativas de demanda por terra, por meio de acampamentos e ocupações. Estas puderam ser entendidas como uma possibilidade em aberto, ainda que não consolidada enquanto *forma*, mas representando uma clara ampliação nos horizontes de possibilidades dos agricultores “sem-terra” do estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Bernard. *A política agrária de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul: governo, legislação e mobilização*. 2010. Dissertação (Mestrado) – CPDA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica.
- BASTOS, Élide. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis: Vozes. 1984.
- CAMARGO, Aspásia. *A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – Indipol/ FGV, 1979.
- CHAIA, Vera. Santa Fé do Sul: a luta dos arrendatários. *Cadernos AEL*, v. 4, n. 7, 1997.
- CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Aconteceu longe demais: a luta pela terra dos posseiros em Formoso e Trombas e a Revolução Brasileira (1950-1964)*. São Paulo: Edunesp, 2007.

ECKERT, Córdula. *Movimentos dos agricultores sem terra no Rio Grande do Sul (1960-1964)*. 1984. Dissertação (Mestrado) – CPDA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica.

ELIAS, Norbert. *Escritos e ensaios: estado, processo e opinião pública*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, v. 1.

GRYNSZPAN, Mario. Ação política e atores sociais: posseiros, grileiros e a luta pela terra na Baixada Fluminense. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (Orgs.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. São Paulo: Edunesp, 2009, v. 1 – O campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980.

MEDEIROS, Leonilde. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

_____. *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo*. 1995. Tese (Doutorado) – Unicamp, Campinas.

PALMEIRA, Moacir. A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato. In: PAIVA, V. (Org.). *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Loyola, 1985, p. 43-51.

ROSA, Marcelo. A forma movimento como modelo contemporâneo de ação coletiva no meio rural do Brasil. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (Orgs.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. São Paulo: Edunesp, 2009, v. 2 – A diversidade das formas de luta no campo.

_____. Encruzilhada: acampamentos e ocupações da Fazenda Sarandi (1962-1980). In: SIGAUD, L; ERNANDEZ, M; ROSA, M. *Ocupações e acampamentos: sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

SIGAUD, Lygia. A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 58, p. 73-92, nov. 2000.

- SIGAUD, Lygia. A engrenagem das ocupações de terra. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (Orgs.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. São Paulo: Edunesp, 2009, v. 2 – A diversidade das formas de luta no campo.
- SIGAUD, Lygia; ERNANDEZ, Marcelo; ROSA, Marcelo. *Ocupações e acampamentos: sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
- SILVA, Osvaldo Heller da. *A foice e a cruz: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná*. Curitiba: Rosa de Bassi, 2006.
- TARROW, Sidney. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- TILLY, Charles. Contentious repertoires in Great Britain (1758-1834). In: TRAUGOTT, Mark (Ed.). *Repertoires and cycles of collective action*. Durham: Duke University Press, 1995.
- TOLENTINO, Célia Aparecida Ferreira. *A Revisão Agrária paulista: a proposta de modernização do campo do governo Carvalho Pinto (1960)*. 1990. Dissertação (Mestrado) – CPDA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica.

ENTREVISTAS UTILIZADAS

- Carlos Araújo – entrevistado por Marcelo Rosa e Isabel Palmeira, setembro de 2004, Porto Alegre (RS).
- Cleto dos Santos – entrevistado por Marcelo Rosa e Isabel Palmeira, março de 2005, Porto Alegre (RS).
- Francisco dos Santos – entrevistado pelo autor, 23 de julho de 2009, Ronda Alta (RS).
- João Manuel Ribeiro – entrevistado pelo autor, 22 de julho de 2009, Ronda Alta (RS).
- Paulo Schmidt – entrevistado por Marcelo Rosa e Marcelo Hernandez, março de 2005, e pelo autor, 16 e 18 de julho de 2009, Porto Alegre (RS).

Romeu Barleze – entrevistado pelo autor, 19 de julho de 2009,
Carazinho (RS).

BERNARD JOSÉ PEREIRA ALVES – Mestre em ciências sociais pelo CPDA/UFRRJ,
doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade
Estadual de Campinas (Unicamp), <bernardjpa@yahoo.com.br>.